

cirkulã

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL

DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO
AOS DESAFIOS COTIDIANOS



ALZIRA MARIA BAPTISTA LEWGOY, DOLORES SANCHES WUNSCH,
GIOVANE ANTONIO SCHERER E TATIANA REIDEL (ORGS.)

Copyright © Editora CirKula LTDA, 2023.
1º edição - 2023

Revisão, Normatização e Edição: Mauro Meirelles
Diagramação e Projeto Gráfico: Mauro Meirelles
Capa: Luciana Hoppe
Tiragem: 50 exemplares impressos e 900 exemplares para distribuição on-line.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP

S492 Serviço social e política social: da produção do conhecimento aos desafios cotidianos / Alzira Maria Baptista Lewgoy ... [et al.] (Organizadores); prefácio Cláudia Mônica dos Santos. – 1.ed. – Porto Alegre: CirKula, 2023.
400 p.: il.

ISBN: 978-85-7150-052-5

DOI: 10.29327/5338451

1. Serviço social. 2. Política social. 3. Proteção social – Políticas públicas. 4. Serviço social – Profissão – Brasil. 5. Pesquisa – Produção do conhecimento. 6. Políticas de Assistência Social – Educação. I. Lewgoy, Alzira Maria Baptista. II. Wunsch, Dolores Sanches. III. Scherer, Giovane Antonio. IV. Reidel, Tatiana. V. Santos, Cláudia Mônica dos.

CDU: 364

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

Todos os direitos reservados à Editora CirKula LTDA. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Todos os direitos reservados à Editora CirKula LTDA.

Editora CirKula

Av. Osvaldo Aranha, 522 - Bomfim

Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190

e-mail: editora@circula.com.br

Loja Virtual: www.livrariacirkula.com.br

**ESTE LIVRO FOI SUBMETIDO À REVISÃO POR PARES,
CONFORME EXIGEM AS REGRAS DO QUALIS LIVROS DA CAPES.**

SERVIÇO SOCIAL
e
POLÍTICA SOCIAL
DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO
AOS DESAFIOS COTIDIANOS

ALZIRA MARIA BAPTISTA LEWGOY
DOLORES SANCHES WUNSCH
GIOVANE ANTONIO SCHERER
TATIANA REIDEL
(ORGANIZADORES)


cirkula

Porto Alegre
2023

NEPSID – NÚCLEO DE ESTUDOS E INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL À DIVERSIDADE: PERSPECTIVAS DE TRABALHO NA INTERFACE DO CAMPO IDENTITÁRIO COM AS POLÍTICAS SOCIAIS

Adolfo Pizzinato
Fernanda Lanzarini da Cunha
Thais Braga de Souza

Introdução

Este texto, elaborado a partir do convite do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSSS/UFRGS), propõe indicar alguns dos pontos que tem composto os focos de interesse do núcleo de pesquisa, recentemente compondo o referido PPGPSSS. Integrando o rol de núcleos de pesquisa do PPGPSSS/UFRGS desde 2022, o NEPsiD tem uma trajetória desde 2018 no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRGS, onde já formou 5 mestres e 5 doutoras/es.

Os temas de interesse tradicionalmente giram em torno da Psicologia Cultural, com ênfase em Relações Comunitárias e Processos Identificatórios, principalmente nos campos da infância/juventude, raça/etnicidade, gênero/sexualidade e inclusão social, a migração de mulheres, em diversos contextos sociais, uma temática cada vez mais relevante. A aproximação às temáticas-chave de Políticas Sociais se dá, majoritariamente pelas Políticas de Imigração, Segurança Pública, Saúde e Assistência Social, com ênfase nas populações migrantes, na diversidade étnico-racial e de sexo/gênero.

Essa tradição se iniciou ainda quando da organização do núcleo na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do

Sul (PUCRS) (de 2010 a 2017), também vinculado aos PPG Psicologia e Serviço Social daquela instituição. Já naquele momento, e provavelmente, bastante influenciado pelas discussões e produções dos Grupos de Pesquisa “Relações de Gênero” e “Psicologia Comunitária”, ambos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS, desponta a necessidade de compreender os processos que impactam diferentemente as pessoas por conta de marcadores como sexo/gênero e raça/etnia que além de uma dimensão constitutiva pessoal, reverberam elementos das condições políticas de poder que tais elementos têm nos diferentes contextos.

Situado o núcleo, o presente texto apresenta alguns elementos teóricos de integração, perenes na sua trajetória e ressignificados desde sua presença no PPGPSSS/UFRGS, ilustrando os dois projetos aprovados em desenvolvimento no núcleo. Estas duas pesquisas se organizam em torno dos eixos da inclusão e da acessibilidade de pessoas com deficiência à Educação Superior e às violências e violação de direitos na atenção social da população LGBTI+ no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Entretanto, ambos os temas, enquanto fenômenos sociais, não são lineares ou unidimensionais, envolvendo uma variedade de tensionamentos que os circunscrevem: territórios, cores, etnias, gerações, sexualidades. São marcadores sociais¹, estes uma das possibilidades na elaboração de compreensões complexas sobre o legado colonial e a configuração das formas de vida – particularmente as vulnerabilizadas ou subalternizadas no Brasil. Considerando o uso que Adriana Piscitelli (2008) faz de Joan Scott, de que a migração suscita compreensões “não em indivíduos ‘que têm’ experiências, mas em ‘sujeitos constituídos mediante a experiência’”, reiteramos a necessidade de criar res-

1 Marcadores neste texto é um termo que se remete a noção de Marcadores de Diferença, proveniente do Feminismo Negro Estadunidense.

postas possíveis na imbricação dos diferentes marcadores que fazem de vidas precarizadas, um complexo de diferenças e um campo de possibilidades.

A noção de interseccionalidade tem sido pauta às discussões no NEPsiD, no sentido de possibilitar um contraste a análises generalistas (ainda que atentemos para a necessidade de dados quantificáveis, visto a escassez de indicadores no atual panorama de migração nacional) e de possibilitar compreensões localizadas (HARAWAY, 1993) acerca da arena de relações psicossociais em questão nas políticas sociais brasileiras. A perspectiva interseccional, como forma de dar vazão aos diversos posicionamentos sociais possíveis cotidianamente, na constituição de sujeitos (PISCITELLI, 2008), permite que diversos marcadores de diferença sejam compreendidos de forma articulada, fomentando que se reflita acerca dos espaços de agenciamento, de diferenças e desigualdades que situam as pessoas no tecido social (BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008).

Discursos generalistas de cunho normativo procuram impor noções estereotipadas de “necessidade comum” sobre grupos heterogêneos com aspirações e interesses sociais diversos. Neste panorama, a noção de interseccionalidade tem se mostrado uma forma potente de localizar sócio historicamente as manifestações que produzem e reiteram sistemas de poder, por meio da compreensão dos marcadores sociais de diferença como categorias em articulação política (PISCITELLI, 2008). Dentro dos Estudos de Gênero e de Diversidade Corporal, por exemplo, esta perspectiva permite que se evidenciem espaços de agenciamento, de diferenças e desigualdades que nos situam no tecido social (BRAH, 2006). O campo de análise interseccional, derivado das tensões provocadas originalmente pelo Feminismo Negro estadunidense, põe em pauta uma multiplicidade de questões sociais vistas sob uma perspectiva integrada (CRENSHAW, 2002). Estas análises não compreendem, portanto, um somatório de operadores de do-

minação – ou simplesmente o reconhecimento de sistemas opressivos que operam a partir das noções de gênero, etnia/raça, escolaridade, idade, classe, corpos, sexualidade etc. – mas questionam a hierarquização destes eixos relacionados a sistemas assimétricos de poder, fomentando diversas abordagens e suas respectivas articulações com movimentos sociais (PISCITELLI, 2008).

Em sua leitura do tema, Matos (2008, p. 342) defende como uma perspectiva multicultural e emancipatória de produção de conhecimento, em “uma forma peculiar de existência reflexiva do ser [...], que veio a produzir um entre outros rearranjos, re-interpretções, re-significações do campo de gênero (e etnia/raça e geração, diversidade corporal...) de forma a alocá-lo na dimensão paradoxal de repor igualdade e diferença na simultaneidade e na complexidade”. Portanto, a seguir, brevemente pontuam-se alguns elementos particulares das pesquisas do NEPSid junto ao PPGPSSS/UFRGS que contemplam a diversidade, a interseccionalidade e os direitos humanos como campo psicossocial de eleição para análise das implicações políticas da questão social sobre grupos populacionais específicos.

As atividades dos núcleos de acessibilidade das universidades da Região Sul do Brasil

O tema desta pesquisa se centra no campo da educação e no nível superior. Nas Instituições Federais de Ensino Superior existe um setor/órgão que se ocupa dos aspectos de acessibilidade no meio universitário, chamado Núcleo de Acessibilidade. A pesquisa busca saber de que maneira os Núcleos de Acessibilidade de Universidades Federais da Região Sul do Brasil vêm desenvolvendo suas atividades na perspectiva de defesa e efetivação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Os Núcleos de Acessibilidade nas universidades passaram a ser fomentados no ano de 2011 quando o Decreto nº 7.611 previu a sua estruturação nas IFES. Dado este marco legal sobre a criação dos Núcleos, o recorte temporal proposto para o estudo são os últimos 10 anos, ou seja, de 2011 a 2021. No recorte espacial pretende-se analisar a Região Sul do Brasil, totalizando 11 universidades federais existentes nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

As fontes de materiais explorados para se conhecer a contribuição dos Núcleos na oferta de acessibilidade no Ensino Superior são os relatórios anuais emitidos pelos Núcleos e publicados no site das universidades. Além disso, na coleta de dados empíricos foi aplicado questionário junto às coordenações dos Núcleos de Acessibilidade das universidades.

Considerando a história do Serviço Social brasileiro, a educação é um dos campos que primeiro recebeu a profissão de Assistente Social. A relação entre o Serviço Social e a Educação “vem sendo construída desde a primeira metade do século XX por meio da atuação de assistentes sociais em escolas e em universidades espalhadas pela América Latina” (SILVA, 2014, p. 71). A obra *Serviço Social, infância e juventude desvalidas*, lançada em 1939, já concebia a escola como um espaço de ação social (SILVA, 2014), ainda que a perspectiva daquela época fosse a do “ajustamento social”. Ao longo da história do Serviço Social no Brasil a profissão se redimensionou e conta com legislações que regulam o exercício profissional, possuindo também um Código de Ética Profissional que fortalece o projeto ético político da profissão.

Nos dias atuais, a profissão atua em diversas políticas sociais como Saúde, Previdência Social, Assistência Social, Educação, entre outras. Este estudo tem foco na Política Social de Educação e se situa no Ensino Superior Público, que conta com Assistentes Sociais que compõem o plano de carreira dos Técnicos Adminis-

trativos em Educação. É comum associar o exercício profissional de Assistentes Sociais nas universidades ao Programa de Assistência Estudantil devido a sua relevância e maior tempo de existência. Contudo, campo também profícuo para a profissão, embora seja uma área mais recente, são os Núcleos de Acessibilidade que se destinam ao atendimento das demandas de acessibilidade e às adaptações que se fazem necessárias.

O Serviço Social nas políticas sociais atua na defesa dos Direitos Humanos em uma concepção crítica que considera os princípios de universalidade, integralidade, indivisibilidade e interdependência (CFESS, 2019). No caso do atendimento do público com deficiência no espaço universitário, articula essa defesa aos direitos da Pessoa com Deficiência, segundo os dispositivos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) e a Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência.

É frequente associar acessibilidade à pessoa com deficiência, embora este público possa não ser o único a se beneficiar de serviços prestados pelos Núcleos de Acessibilidade, havendo uma gama de outras condições de diversidade que podem fazer uso de serviços específicos. Segundo o Art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei 13.146/15),

considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 20).

O Artigo 9 da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência trata do pacto entre as nações para a promoção da acessibilidade:

1. a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas de tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural (BRASIL, 2011).

De acordo com o IGBE, o Censo Populacional do Brasil de 2022 revelou que cerca de 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais de idade (8,9% desse grupo etário) tinham algum tipo de deficiência (IBGE, 2023). Tal dado revela a significativa presença da deficiência no conjunto da população e amplia a importância da acessibilidade para este público. Além do mais, o tratamento das demandas de acessibilidade é transversal na atuação profissional com a Política de Educação. Ao conceituar acessibilidade, a LBI a caracteriza dessa forma:

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, considera-se:
I - Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas de tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos aos público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, p. 20).

Buscando atender aos critérios de acessibilidade no âmbito do Ensino Superior, os Núcleos de Acessibilidade em universidades brasileiras foram constituídos para desenvolver ações transversais

que possam tornar os ambientes e o processo de ensino aprendizagem mais abertos à diversidade. Na UFRGS, por exemplo, o Núcleo de Acessibilidade, conhecido como INCLUIR, foi instituído

em julho de 2014, vislumbrando consolidar e ampliar as ações de inclusão e acessibilidade que vinham sendo realizadas até então. O Núcleo tem como primeira linha de atuação a articulação e o fomento para a construção de uma política de inclusão e acessibilidade na UFRGS, de modo descentralizado e participativo. [...] A atuação em uma segunda linha diz respeito à oferta de alguns serviços, como empréstimo de equipamentos de tecnologia assistiva, apoio para deslocamentos e em sala de aula, produção de materiais acessíveis (ampliado e braille), tradução e interpretação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), entre outros (CUNHA e VERDUM, 2018, p. 8).

A criação de Núcleos de Acessibilidade nas universidades federais visa ensejar ações institucionais que garantam a inclusão à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas, de comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade (BRASIL, 2013). A título de informação conceitual sobre barreiras de acessibilidade, o Art. 3º e inciso IV da LBI expõe que elas se referem

a qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (BRASIL, 2015, p. 21).

As barreiras, ainda conforme o mesmo artigo da LBI são classificadas em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (BRASIL, 2015, p. 21).

Com a sustentação destes conceitos, pretende-se pesquisar os Núcleos de Acessibilidade de universidades da Região Sul do Brasil de modo a relacionar a sua atuação com os objetivos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Como bem afirma Yazbek (2018, p. 191), desvendar o processamento do trabalho em Políticas Sociais no “contexto de sua forma neoliberal sob o domínio do capital financeiro é enfrentar o desafio de operar a construção do direito em tempos adversos”. Por isso concebe-se a hipótese de que os Núcleos de Acessibilidade se colocam como estrutura importante para a política educacional no Ensino Superior Público, embora ao mesmo tempo possa apresentar limites, desafios e contradições inerentes ao contexto neoliberal. E para explorar estes aspectos, a proposta de pesquisa se coloca como potente recurso para desvendar quais

ações são desenvolvidas nas universidades para o tratamento das demandas de acessibilidade.

Fantacini e Almeida (2019) ao desenvolverem uma revisão sistemática sobre a presença de Núcleos de Acessibilidade na Educação Superior buscaram por teses e dissertações defendidas no Brasil entre 2005 e 2018 em Programas de Pós Graduação em Educação, Educação Especial e Psicologia. Ao serem aplicados os descritores “inclusão no Ensino Superior” e “Núcleos de Acessibilidade”, as autoras localizaram 39 estudos, incluindo apenas um (tese) sobre as ações do Núcleo de Acessibilidade de uma Instituição de Educação Superior (IES). Tal aspecto pode ser considerado como uma justificativa adicional para o desenvolvimento da pesquisa sobre as atividades dos Núcleos de Acessibilidade em universidades.

Como se pode denotar, estudos anteriores já apontam a escassez de produções acerca dos Núcleos de Acessibilidade sugerindo que estas estruturas ainda são pouco pesquisadas. Sampieri *et al* (2013, p. 40) argumenta que toda proposta de estudo deve contemplar critérios importantes como a conveniência do estudo, o valor teórico, a “utilidade metodológica” e a viabilidade. Assim, tal realidade se coloca como justificativa plausível para o desenvolvimento de um estudo inovador e com relevância social, já que demandas de acessibilidade são aspectos que ao serem atendidos corroboram com a permanência de estudantes no ensino superior.

Violências e o atendimento de LGBTI+ no SUAS: fomentando o debate no Estado do Rio Grande do Sul

A pesquisa busca identificar estratégias de atendimento via políticas públicas de Direitos Humanos e Assistência Social à população LGBTI+ para promoção do acesso à proteção social. Além disso, pretende identificar os dados acerca do atendimento de LGBTI+ vítima de violência no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, ela-

borar um panorama sobre o atendimento de LGBTI+ via Sistema Único de Assistência Social – SUAS e analisar fatores que favorecem ou desfavorecem o acesso de LGBTI+ aos serviços socioassistenciais.

A proposta se organiza com vistas a contribuir para o debate acerca do atendimento à população LGBTI+ vítima de violência através da análise da estrutura organizacional da política de Direitos Humanos no Brasil, problematizando limites e possibilidades na interlocução com a política de Assistência Social. Compreende-se que este estudo se vincula à linha de pesquisa Estado, Sociedade e Políticas Sociais, uma vez que ao se debruçar sobre parte do processo de gestão das políticas de Direitos Humanos e Assistência Social problematiza seus impactos na proteção de pessoas vitimadas pela violência baseada em discriminação por identidade de gênero e/ou orientação sexual.

No desenvolvimento deste estudo, compreende-se que não há neutralidade no processo de produção de conhecimento e, por isso, cumpre demarcar o lugar de fala da mestrandia neste processo, o local a partir do qual posiciona a sua visão para ver criticamente (HARAWAY, 1995). Assim, sendo a pesquisadora principal mulher negra, cis², que vive em um Estado onde 83%³ da população se autodeclara branca, que cresceu em uma casa de batuque⁴ onde as expressões de gênero e sexualidade não eram percebidas como

2 Abreviação do termo cisgênero, uma categoria de análise dentro dos estudos transfeministas para definir conceitualmente pessoas que não são transsexuais ou transgênero, o que em conformidade a Rodovalho (2017) surge de uma necessidade de nomear aquele que primeiro nomeou. O ato de nomear cis promove o deslocamento do que fora constituído como referência inicial identificando que este lugar não é natural.

3 De acordo com o Censo Demográfico 2010 do IBGE, 8.900.007 pessoas se declararam brancas no quesito cor/raça na pesquisa domiciliar no Rio Grande do Sul, de um total de 10.693.929 pessoas.

4 Uma das formas de nomeação das religiões de tradição afro-diaspórica no Rio Grande do Sul.

dissidentes, mas sim como múltiplas e acompanhou processos de vidas marcadas por nuances de violência pelo fato de ser quem se é.

Como Assistente Social de formação e trabalhadora do SUAS há 13 anos, a pesquisadora vem perpassando lugares e fazeres que incitam à problematização da execução dessa política pública no cotidiano. É deste lugar de posição engajada e responsável que a pesquisa se coloca a serviço de chamar a atenção para uma dimensão específica de promoção de proteção social a determinado público, na inquietação em desvelar informações que contribuam para a transformação da realidade.

O estudo que vem sendo desenvolvido se inscreve no campo das relações de gênero, vulnerabilidade e violência que se acentuam sobre a população LGBTI+ e a oferta de atendimento a vítimas de violência em decorrência da orientação sexual e/ou identidade de gênero. Compreende a transversalidade da temática, abordando sobre a Política de Direitos Humanos, mas preponderando o papel do sistema de proteção, especialmente via SUAS, nos ciclos de invisibilidade e discriminação que geram esta violência. Nesse ínterim, considera-se que a vivência de violência e outras violações de direitos por discriminação por identidade de gênero e/ou orientação sexual abarca a população LGBTI+ como público prioritário para a garantia de acesso à Política de Assistência Social provocando a necessidade de estudos acerca deste ingresso nos níveis de proteção. Assim, problematiza-se como se dá o fluxo de atendimento da população LGBTI+ vítima de violência via políticas Públicas de Direitos Humanos e Assistência Social e quais as percepções de trabalhadoras/es do SUAS e de representantes da população LGBTI+, sobre o acesso/oferta de atendimento nos serviços socioassistenciais.

A aproximação com os dados perpassará diferentes ângulos de enfoque contemplando análise documental de registros institucionais do período de 2017 a 2022 das Políticas de Direitos

Humanos e de Assistência Social, a aplicação de questionários e a realização de um grupo focal consistindo em um desenho de triangulação (TRIVIÑOS, 1987).

Expressões da questão social como a desigualdade nas relações de gênero, raça e classe vem se evidenciando no debate público, ao passo que pesquisas e dados oficiais como o Atlas da Violência 2021 (IPEA) apontam para a prevalência da violência baseada em gênero (contra mulheres e LGBTI+) com predominância de pessoas negras entre as vítimas. Ainda, revelam a urgência da produção, sistematização e publicização de dados e indicadores de violência contra LGBTI+ no Brasil, incluindo a melhoria da qualidade e especificidade daqueles que vêm sendo produzidos conforme sinalizado pelo IPEA (2021).

Em que pese a recente criminalização de todas as formas de homofobia e transfobia via Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26/DF (2019) pelo Supremo Tribunal Federal, compreende-se como um avanço tardio no país que mais mata LGBTI+ no mundo como é o Brasil. Além de consistir em uma reivindicação antiga do próprio movimento social, representa em sua natureza jurídica um descaso histórico do Estado para com essa população que vem imprimindo há muito sua trajetória de luta por defesa de direitos para inclusão na agenda pública e, por vezes, assumindo a acolhida da população enquanto sociedade civil organizada através de ações que deveriam ser protagonizadas pelo poder público.

Diversos documentos dos movimentos sociais (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021; IPEA/FBSP, 2021; GASTALDI e MOTT, 2021) como relatórios e observatórios apontam a incidência da violência contra LGBTI+ e consistem na principal fonte de dados acerca deste fenômeno. Nesse cenário, evidencia-se a escassez de dados oficiais como mecanismo, tanto concreto, como simbólico de invisibilização da violência, dificultando a conversão em ações de políticas públicas em prol da população LGBTI+. Ademais,

existem poucos mecanismos de denúncia destas violações e indefinição de fluxos de atendimento das vítimas, culminando na subnotificação e na perpetuação do ciclo de invisibilidade.

No âmbito das políticas públicas no Brasil, atualmente a pauta está diretamente vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) que organiza a Política Nacional de Direitos Humanos e que tem como principal serviço o Disque 100. Vinculado à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, este serviço recebe denúncias relativas a violações de Direitos Humanos, acolhendo o cidadão, orientando-o e encaminhando as denúncias aos municípios para demandar atendimento dos órgãos competentes.

Os encaminhamentos realizados a partir das denúncias recebidas objetivam a proteção dos sujeitos que tiveram seus direitos violados, dentre os órgãos competentes, diferentes Relatórios de Balanço Anual da Ouvidoria Disque 100 apontam, dentre as 11 categorias de órgãos acionados, os *órgãos socioassistenciais* como aqueles que fornecem percentualmente a maior quantidade de respostas sobre os encaminhamentos realizados. As denúncias são categorizadas por grupos que expressam o contingente populacional mais exposto a violações, figurando entre eles a população LGBTI+.

Nos referidos relatórios, compreende-se que a categoria *órgãos socioassistenciais* expressa uma generalidade no tocante a Política de Assistência Social, abrangendo Centros de Referência e Secretarias de Assistência Social. De forma que o ato de encaminhar a estes *órgãos socioassistenciais* explicita a intenção de vinculação a um espaço de promoção da proteção, embora não haja um delineamento nítido de fluxo de atendimento após o recebimento da denúncia pelos órgãos competentes.

Neste íterim, a descentralização administrativa das políticas imbricadas neste atendimento aqui problematizado, sinaliza para a importância da capilaridade enquanto capacidade de oferta de atendimento especializado a/o usuária/o, neste caso LGBTI+ ví-

tima de violência, nos seus territórios. Assim, cabe investigar a respeito dos desdobramentos para atendimento das denúncias, mas sobretudo sobre a acolhida das vítimas nos territórios, reconhecendo o enfrentamento da violência como um encargo da proteção social enquanto política pública.

A ascensão do neoconservadorismo vem estimulando a opressão sobre LGBTI+ incidindo no âmbito familiar, comunitário e influenciando na estrutura e implementação das políticas sociais. Escola, mundo do trabalho e serviços públicos invariavelmente reproduzem essa violência.

Neste sentido, a elaboração de um panorama sobre o atendimento da população LGBTI+ nos principais serviços socioassistenciais por nível de proteção social, comporá a problematização acerca da proteção social conferida a LGBTI+ vítima de violência, considerando o direito às seguranças afiançadas⁵ (notadamente acolhida e convívio) evidenciando a necessidade de uma análise que contemple diferentes prismas acerca do acesso aos serviços.

Neste sentido, enfatiza-se a relevância social do estudo para a gestão das políticas de Assistência Social e Direitos Humanos, uma vez que a análise das ofertas de atendimento é fundamental para conduzir ao seu aprimoramento.

Considerações finais

Ainda que sintéticas e preliminares, a apresentação das pesquisas pretendidas nesse texto ilustra algo da intenção do NEPsiD em buscar novos marcos de problematização e análise de fenômenos sociais – políticos e identitários, considerando seus impactos subjetivos, legais e laborais na análise das condições de possibilidades existenciais dos implicados. Nessa busca, o marco interseccional de análise integra-se com as perspectivas qualitativas de pesquisa, que

5 Conforme Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004).

buscam eliminar (o mais possível) a dissociação entre a teoria e a empiria, compreendendo a pesquisa empírica como um momento de construção de teoria e não apenas de confirmação crítica do real (GONZÁLEZ-REY, 1997a; 1997b). Desse modo, os dados também não podem ser entendidos como entidades objetivas e independentes no mundo, reafirmando a relação isomórfica entre fenômeno e dados empíricos (MADUREIRA e BRANCO, 2001).

Nessa direção, se pensarmos que atualmente vivemos em um período no qual o debate identitário no marco crítico e no campo decolonial estão mais presentes do que nunca, redobra-se a relevância da busca de novos e mais amplos olhares. Tais fenômenos refletem em um mundo onde diferentes grupos culturais e suas particularidades estão em crescente contato, tensionamento e implicação política (HERMANS, 2001).

No Brasil, os temas da diversidade das formas de vida e seus processos de exclusão e resistência têm chamado a atenção da mídia, de órgãos governamentais e da população em geral, com a crescente politização e debate sobre as garantias de direitos dos coletivos mais vulnerabilizados no sistema capitalista atual. As habilidades das pessoas de refletirem sobre os significados que guiam suas ações e, através da reinterpretção destes significados, exercitarem seu poder de atuação para tornarem-se donos de suas ações sociais e suas vidas são uma necessidade para as pesquisas sobre imigração, conjuntamente com a compreensão da dinâmica identitária e aculturativa em contraste com outros contextos (CHIRKOV, 2009).

Assim, para além das reflexões teórico-metodológico-conceituais, essas propostas de pesquisa pretendem também inserir-se no campo de discussão político-existencial da diversidade étnico-racial, corporal, geracional e sexual-de gênero no panorama atual das Ciências Humanas no Brasil, potencializando, inclusive reflexões sobre seus potenciais de resistência e ação nos campos comunitários e das políticas sociais nacionais.

Referências

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, pp. 329–376, 2006.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2023.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186/2008: decreto nº 6.949/2009**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

BRASIL. **Documento Orientador do Programa INCLUIR - Acessibilidade na Educação Superior SECADI/SESu**. 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13292-%20doc-ori-progincl&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146/2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)**. 2015. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS-2004**. Brasília, 2004.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Cartilha “Sou assistente social e aqui estão minhas bandeiras de lutas!”**. Brasília, 2019.

CHIRKOV, V. Critical psychology of acculturation: What do we study and how do we study it, when we investigate acculturation? **International Journal of Intercultural Relations**, v. 33, n. 2, pp. 94-105, 2009.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, pp. 171-188, 2002.

CUNHA, F. L.; VERDUM, C. P. A experiência do INCLUIR na UFRGS: uma análise sobre as demandas das pessoas com deficiência. In: **Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**. Vitória/ES, 2018.

FANTACINI, R. A. F.; ALMEIDA, M. A. Revisão sistemática sobre a presença de Núcleos de Acessibilidade na Educação Superior EaD - 2005 a 2008. **Revista Educação Especial da UFSM**, v. 32, 2019.

GASTALDI, A. B. F.; MOTT, L. (Orgs.). **Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020: Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia**. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021.

GONZÁLEZ-REY, F. **Epistemología cualitativa y subjetividad**. São Paulo: EDUC, 1997a.

GONZÁLEZ REY, F. Psicologia e saúde: desafios atuais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 10, n. 2, pp. 275-288, 1997b.

HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, pp. 7- 41, 1995.

HARAWAY, D. O Humano numa Paisagem Pós-Humanista. **Estudos Feministas**, v. 1, n. 2, pp. 277-292, 1993.

HERMANS, H. The Dialogical Self: Toward a Theory of Personal and Culture Positioning. **Culture & Psychology**, v. 7, n. 3, pp. 243-280, 2001.

IBGE, 2023. **Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda#>. Acesso em: 06 nov. 2023.

IPEA. FBSP. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo, 2021.

MADUREIRA, A. A.; BRANCO, A. U. A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. **Temas em Psicologia**, v. 9, n. 1, pp. 63-75, 2001.

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformam em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, pp. 333-357, 2008.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, pp. 263-274, 2008.

RODOVALHO, A. M. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, pp. 365-373, 2017.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de lá investigação**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, M. M. J. S. O lugar do Serviço Social na educação. In: SILVA, M. M. J. S. (Org.). **Serviço Social na Educação: teoria e prática**. Campinas: Papel Social, 2014. Pp. 23-39.

STF. **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão Nº 26/DF – Decisão de Julgamento**. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053>. Acesso em: 27 de dez. 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YAZBEK, M. C. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. **Serviço Social em Revista**, v. 21, n. 1, pp. 183-194, 2018.